



Narrativas em disputa: o desastre criminal de Samarco / Vale / BHP na Bacia do Rio Doce (MG, Brasil).

Narrativas en disputa: el desastre de Samarco/Vale/BHP en la cuenca del río Doce (MG, Brasil).

Narratives in dispute: the Samarco / Vale / BHP crime disaster in the Rio Doce basin (MG, Brazil).

Letícia Barreto

Doutoranda do Programa Discursos: Cultura, História e Sociedade no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Psicóloga.

Ananda Carvalho

Doutora em Ciências Humanas, Mestre em Psicologia, Psicóloga. Professora na área de Psicologia Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Claudia Mayorga

Doutora e Mestre em Psicologia Social, Psicóloga. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Pró-reitora de Extensão da UFMG

RESUMO

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão em 2015 resultou em um desastre de alargadas proporções e proliferaram-se discursos sobre o desastre, que enunciam distintas compreensões e posicionamentos políticos, bem como ensejam intervenções e encaminhamentos diversos. Objetivamos analisar as narrativas que descrevem o desastre, visando alcançar as percepções e os arranjos de sentido que as fundamentam, recorrendo ao levantamento e sistematização de produções teóricas, técnicas e midiáticas. Os resultados indicam que há uma diversidade de expressões que são acessadas para fazer referência ao desastre, às suas consequências e às pessoas que sofrem as mesmas. Os termos diversos sinalizam a adoção de discursos em consonância com interesses da empresa ou das pessoas atingidas, como é o caso do binômio evento/ impactados em contrapartida ao desastre/atingidos. Em outros casos há o uso indiscriminado dos termos, evidenciando que falta clareza nos seus significados ou nos sentidos que permeiam as opções.

Palavras-chave: Desastre-crime; disputas narrativas; Rio Doce.

RESUMEN ●●●

La interrupción de la presa de relaves de Fundão en 2015 resultó en un desastre de grandes proporciones y proliferaron los discursos, que explican diferentes entendimientos y posiciones políticas, además de dar lugar a diversas intervenciones y referencias. Nuestro objetivo es analizar las narrativas que describen el desastre, con el objetivo de alcanzar las percepciones y los arreglos de significado que subyacen en ellas, utilizando la encuesta y la sistematización de producciones teóricas, técnicas y de medios. Los resultados indican que hay una variedad de expresiones a las que se accede para referirse al desastre, sus consecuencias y las personas que lo padecen. Los diversos términos indican la adopción de discursos en línea con los intereses de la empresa o de las personas afectadas, como es el caso del binomio evento/afectado a cambio de desastre/atingido. En otros casos, existe el uso indiscriminado de los términos, lo que evidencia esa falta de claridad en sus significados o en los significados que impregnan las opciones.

Palabras-clave: Desastre-crimen; disputas narrativas; Rio Doce

ABSTRACT ●●●

The disruption of the Fundão tailings dam in 2015 resulted in a disaster of large proportions and discourses proliferated, which spell out different understandings and political positions, as well as giving rise to various interventions and referrals. We aim to analyze the narratives that describe the disaster, aiming to reach the perceptions and the meaning arrangements that underlie them, using the survey and systematization of theoretical, technical and media productions. The results indicate that there are a variety of expressions that are accessed to refer to the disaster, its consequences and the people who suffer from it. The various terms indicate the adoption of discourses in line with the interests of the company or the people affected, such as the binomial event / impacted in return for disaster / affected. In other cases there is the indiscriminate use of the terms, evidencing that lack of clarity in their meanings or in the meanings that permeate the options.

Keywords: Disaster-crime; narrative disputes; Rio Doce



1. INTRODUÇÃO

O desastre-crime da Samarco/Vale/BHP

No dia cinco de novembro de 2015, por volta das 15 horas e 30 minutos, no município de Mariana (Minas Gerais, Brasil), a estrutura da barragem de rejeitos minerários de Fundão, situada no Complexo Industrial de Germano, rompeu-se e mais de 50 milhões de metros cúbicos do seu conteúdo alastraram-se sobre a barragem vizinha de Santarém e, em seguida, no leito dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce (MPF, 2016). Por meio de muita poeira e de barulhos estrondosos, as famílias que moravam à jusante receberam o anúncio. Em questão de minutos, viram aproximar de si um amontoado de lama, que arrombava as portas de casa, derrubava paredes, arrastava as árvores e os carros.

O colapso da barragem de Fundão provocou a morte de dezenove pessoas e um aborto. Dentre as vítimas, seis pessoas moravam em Bento Rodrigues, incluindo duas crianças. Treze outras vítimas abarcaram trabalhadores de empresas terceirizadas que prestavam serviços à Samarco e um trabalhador direto da empresa (XAVIER; VIEIRA, 2016). Nas dezenas de cidades alcançadas pelos rejeitos, os efeitos imediatos foram sentidos por meio da interrupção do abastecimento de água a milhares de pessoas e de atividades cotidianas ligadas ao rio, como aquelas exercidas por pescadores, pequenos produtores rurais, lavadeiras, extratores de areia e pedra, carroceiros e barqueiros (MPF, 2016). Em cidades como Colatina (ES), houve conflitos entre moradores pela água distribuída em caminhões pipa. Em diversos municípios os preços dos galões de água aumentaram, provocando uma desigualdade no acesso. Também foram afetados os povos indígenas Krenak (MG), Tupiniquim e Guarani (ES), que tiveram interditadas as atividades de pesca e a manutenção de relações de proximidade e sacralidade com o rio.

O desastre na bacia do Rio Doce chama a atenção não só pela complexidade e magnitude dos danos, mas também pelo empenho das empresas em controlar e adiar processos de

reparação (PINHEIRO, POLIGNANO, GOULART & PROCÓPIO, 2019). Passados quatro anos desde o rompimento da barragem de Fundão, atingidas e atingidos não foram indenizados e funcionários das mineradoras ou do Estado não foram responsabilizados criminalmente. As negociações para as reparações caminham morosamente entre as esferas do Estado, as empresas e as vítimas. Com relação à salvaguarda dos seus direitos, tem sobressaltado uma lógica de negociação de interesses, contrariamente a uma reparação célere para as e os atingidos. Em outras palavras, ao invés de prevalecer a investigação dos possíveis crimes e infrações legais, o tratamento do desastre tem se dado sob uma série de acordos e pretensos pactos harmônicos, que suscitam problematizações quanto à real garantia dos direitos das e dos atingidos. (ZHOURI et al, 2016; CAMPOS & SOBRAL, 2018)).

Com o objetivo de promover uma articulação interinstitucional frente ao desastre, foi criado o Observatório Interinstitucional Mariana - Rio Doce (UFMG-UFOP-UFES). As principais instituições que se articulam são três universidades brasileiras que buscam a compreensão e a proposta de estratégias de enfrentamento às consequências do desastre (LOSEKANN & MAYORGA, 2018). Internamente, cada universidade foi responsável por promover articulações entre grupos de estudantes, professores e com outros atores como Organizações Não Governamentais, movimentos sociais e outras instituições. O observatório foi criado visando desenvolver e sistematizar pesquisas e intervenções realizadas em interação com a população atingida, diminuindo a dispersão de estudos sobre a região e disponibilizando informações e conhecimento técnico para a população, políticas públicas, pesquisadores e outras instituições (SARAIVA, DINIZ & MAGALHÃES, 2018).

O presente artigo tem como objetivo apresentar alguns dados obtidos por equipe interdisciplinar vinculada a este observatório e analisar as narrativas que marcam o desastre-crime da Samarco/Vale/BHP na região de Mariana - MG visando compreender os discursos e crenças que as fundamentam e o papel da universidade

neste processo (MILANEZ, SOUZA, CARNEIRO, ROLLAND, LOSEKKAN, 2018; ROSA, BARRETO & MAYORGA, 2018; MAYORGA & OLIVEIRA, 2019). Enquanto pesquisadoras, assumimos a produção de um conhecimento crítico sobre o caso, que anuncia a diversidade de narrativas em curso, mas ancora-se naquelas que consideram o desastre enquanto um processo que tem trazido múltiplas consequências para as vidas atingidas e que se comprometem com os direitos humanos das moradoras e moradores afetados. Optamos por adotar uma perspectiva interdisciplinar de análise dos dados. Desse cenário participam diversas atrizes e atores e emergem narrativas distintas para qualificar e dimensionar as consequências sociais, ambientais, relacionais, econômicas, políticas e culturais provocadas pelo rompimento da barragem de Fundão (ROSA, 2019). Apresentaremos aqui três desses discursos, que disputam a nomeação dos sentidos sobre o caso e expressam posicionamentos políticos daqueles que os enunciam. São eles: acidente; desastre; evento; crime.

A palavra “acidente” é usada para significar eventos inesperados e indesejáveis, que ocorrem de modo não intencional. De acordo com o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, acidente corresponde a um “acontecimento trágico, infeliz que ocasione dano, perda, dor ou morte”. O termo foi usado por veículos midiáticos e também está presente em trabalhos acadêmicos publicados sobre o caso, bem como em relatórios institucionais. No entanto, o rompimento da barragem de Fundão e suas consequências não eram imprevisíveis e impassíveis de prevenção, tal como sugere o termo “acidente”. Ao longo dos anos, modos de operar da Samarco (Vale/ BHP Billiton), somados à precarização da fiscalização da atividade mineradora por parte do Estado, confluíram em uma série de ameaças aos trabalhadores e comunidades adjacentes à mineradora (LIMA & FREITAS, 2019).

Um fato emblemático é a reação da Samarco à retração dos preços dos minérios que tomou a cena a partir de 2013, tais como as estratégias incluídas no Projeto de Expansão Quarta Pelotização, que permitiram incrementar as atividades da mineradora e reduzir os custos,

assegurando a lucratividade e a manutenção dos seus acionistas. Uma destas medidas foi exatamente ampliar a terceirização e a precarização dos postos de trabalho, sendo fundamental reiterar que a grande maioria das pessoas vitimadas pelo desastre eram trabalhadores terceirizados (PoEMAS, 2015). Há autores e instituições, contudo, que consideram o rompimento da barragem como “acidente de trabalho” (PINHEIRO & SILVA, 2019), já que faleceram um trabalhador direto da Samarco e treze trabalhadores terceirizados. De acordo com relatório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais (SRTE, 2016), o rompimento da barragem de Fundão foi causado por um acidente de trabalho. Como a estratégia adotada pela Samarco foi de intensificação da extração mineral, também houve aumento da pilha de rejeitos gerada. Alguns autores relacionam o rompimento da barragem de Fundão à sobrecarga de suas estruturas, em função do incremento na quantidade do material minerado (MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ et al, 2016). Assim, da perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa, a caracterização do desastre como acidente de trabalho exige a realização de reflexões sobre a organização, as relações de trabalho e a saúde do trabalhador.

As consequências do rompimento da barragem de Fundão persistem, anunciam continuidades em um tempo alargado e ainda não são totalmente conhecidas, sendo o mesmo reconhecido como um “desastre”. Na bacia do Rio Doce, em função das perdas sofridas e das instabilidades instauradas em arenas inéditas de negociação, imperam sofrimentos e violências desencadeadas pelo Estado e pelas empresas responsáveis (ROSA, 2019; SIQUEIRA, 2019). No dia a dia, atingidos convivem com a perda dos bens materiais e imateriais, com o comprometimento das atividades laborais e problemas de saúde (FERNANDES, 2019; SANTOS, CARVALHO & RIBEIRO, 2019). Desde o rompimento da barragem de Fundão, pairam incertezas quanto às devidas reparações e indenizações, o que tem produzido desordens, sofrimento e desamparo. Em função da continuidade desses sofrimentos, que não se restringem ao dia 5 de novembro de 2015, é



possível abarcar as consequências e implicações do rompimento da barragem de Fundão enquanto desastre.

Para a professora Norma Valencio, o desastre representa uma crise social associada a um acontecimento físico devastador e a um tempo social, que gera sofrimentos multidimensionais aos grupos afetados e problematiza as injustiças sociais precedentes e os grupos mais expostos aos perigos, bem como revelam o tipo diferenciado de exposição e de medida recuperativa adotada pelo ente público” (2014, p. 3633). Essa definição contrapõe-se à definição de “desastre natural”, que enfatiza apenas uma abordagem geográfica e silencia a complexidade dos elementos sociais inerentes ao desastre. Para a autora, “quando os planejadores de Estado dizem que os desastres são naturais, buscam evitar um questionamento mais amplo sobre o processo sócio-histórico no bojo do qual se desenrola a dinâmica social” (VALENCIO, 2014, p. 3632). No caso do desastre da Samarco (Vale/ BHP Billiton), a autora afirma que aplicar a ele o qualificativo “natural” representa uma agressão simbólica àqueles que foram prejudicados, já que o fator causador não teria responsabilidade jurídica a responder em tribunais. O mesmo afirma acerca de qualificativos “ambiental” e “tecnológico” considerando que o primeiro enfoca as questões ecológicas passíveis de manejo técnico e o segundo não abarca as relações sociais (VALENCIO, 2016).

Por sua continuidade e permanência na vida social e na vida íntima dos atingidos o desastre difere-se de um “evento”, termo empregado pelas empresas responsáveis em Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC ou Acordão) firmado com a União e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo em março de 2016. O uso do termo evento enseja nomeações como “dia do desastre” e “pós-desastre”, que são equivocadas: “O discurso oficial, assimilado e difundido pela mídia, em torno do dia do desastre, serve para demarcar cronologicamente os acontecimentos posteriores na vida das pessoas afetadas e desatendidas como pós-desastre, o que deslegitima as suas demandas em relação às privações que passou a sofrer” (VALENCIO, 2014, p. 3636). Os atingidos relatam

sentirem-se especialmente ofendidos pelo uso deste termo, o qual relacionam a algum tipo de festividade ou comemoração (ROSA, 2019). Há, ainda, especialmente por parte de movimentos sociais e de grupos de atingidas e atingidos, a nomeação do rompimento da barragem de Fundão enquanto “crime”. O uso de tal termo decorre das omissões da Samarco (Vale/ BHP Billiton) já citadas e que poderiam ter evitado o rompimento, bem como das atitudes da empresa após o dia 5, que nega responsabilizações e o reconhecimento de determinados grupos de atingidos. A afirmação de que as empresas agiram de forma criminosas é reforçada em função das ações ajuizadas contra elas e das investigações que culminaram na denúncia de 22 pessoas da Vale, Samarco, BHP Billiton e da VogBR pelo Ministério Público Federal em outubro de 2016. Na denúncia, 21 pessoas foram acusadas de homicídio qualificado com dolo eventual-quando se assume o risco de matar (PIMENTEL, 2016). Cabe ressaltar que o tratamento dos fatos como crime implica no reconhecimento das vítimas e de sua necessidade de justa reparação. (SILVA & PINHEIRO, 2018)

A opção por dizer que a população foi então “impactada” por um “evento” localiza o desastre em um dado marco temporal, ao invés de enfatizar suas consequências também a longo prazo, e diminui a percepção do papel das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton no processo, o que pode ocasionar que sejam eximidas de responsabilidades. Além de vítimas, há a opção por afirmar que são também “atingidas” pelo rompimento da barragem de Fundão todas aquelas pessoas que tiveram perdas materiais e imateriais e transformações em seus modos de vida, como perda de casa, vizinhança, atividades de trabalho e atividades culturais. Vainer afirma a necessidade de uma definição ampla e abrangente do que sejam atingidos para o estabelecimento de políticas socialmente responsáveis (VAINER, 2008, p. 45). Buscamos nessa introdução, apresentar o campo teórico e político a que se refere o rompimento da Barragem de Fundão e suas consequências, explicitando a dimensão dos conflitos, disputas e posições que revelam interesses, poderes e campos disciplinares distintos. Essa complexa teia de narrativas se

fará presente em outras dimensões como na mídia, nas produções acadêmicas e também nas posições dos diversos atores.

Desde contos de fadas, memoriais, ensaios jornalísticos, declarações de amor e a produção da ciência, as narrativas são um dispositivo componente de um conjunto transmissivo de sentidos que perpassam o espaço-tempo, a cultura e a História, enunciadas por sujeitos e/ou coletivos mediante técnicas, habilidades, competências e experiências sensíveis que se embebem da potência inventiva-propositiva entre o sujeito e a sociedade (CASTRO & MAYORGA, 2019)

Não pretendemos aqui propor uma compreensão total dessas narrativas, nem dos atores que são seus autores. Propomos um exercício mais descritivo para, neste momento, destacar e explicitar a diversidade de perspectivas que, ao mesmo tempo que revela a complexidade do campo social ao qual estamos nos referindo, nos convoca a uma contínua análise das relações de poder que não serão analisadas aqui, de forma exaustiva.

Mapeando produções midiáticas, teóricas e técnicas sobre o desastre.

Os dados de pesquisa aqui apresentados são fruto de esforços coletivos de levantamento e análise de diversos documentos, tendo sido realizados em parceria com grupos de pesquisa e extensão diversos da Universidade Federal de Minas Gerais e que compunham o Projeta Mbniliza Rio Doce, vinculado ao programa de extensão Participa UFMG (MAYORGA & OLIVEIRA, 2019).. Os documentos técnicos e teóricos foram sistematizados através de uma tabela de Excel e os midiáticos de outra tabela, que gerou uma linha do tempo. Objetivamos neste artigo empreender uma análise documental que tem como foco mapear e compreender as disputas narrativas que se fazem presentes nestes materiais. Apresentaremos as estratégias metodológicas a partir de dois eixos: 1) produções

midiáticas e linha do tempo e 2) produções teóricas e técnicas. O material levantado é muito diverso e em grande quantidade. Não pretendemos aqui esgotar esse material, mas destacaremos alguns aspectos que nos parecem relevantes nesse momento.

1) Produções midiáticas e a linha do tempo

Os desdobramentos do desastre implicam em uma série de ações. Dia após dia, são publicadas decisões de distintos órgãos do Estado, divulgadas atuações dos atingidos e de movimentos sociais, bem como resultados de estudos que tendem a dispersar-se no tempo e fragmentar-se no curso do desastre. Tendo em vista essa situação e a necessidade de acompanhamento dos processos de uma forma não fragmentada ou diluída, decidimos organizar os conteúdos encontrados na mídia relacionados ao desastre em uma linha do tempo.

Desde janeiro de 2017 integrantes do projeto iniciaram a elaboração de uma linha do tempo que abarcasse o máximo de conteúdo disponibilizado sobre o caso. A atividade foi desenvolvida por estudantes vinculadas a programas de mestrado e doutorado da universidade que estudam o desastre.

O levantamento de informações na mídia abarcou fontes bem diversas como jornais de grande circulação e jornais produzidos junto aos atingidos. As reportagens sobre o caso foram acessadas especialmente em jornais de circulação nacional, como Folha de São Paulo, O Globo, BBC Brasil, e veículos regionais (das regiões mais diretamente afetadas), como Estado de Minas e Jornal O Tempo. Acessamos também o conteúdo de páginas de organizações e movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e do Jornal A Sirene, produzido pelos atingidos em Mariana (MG), a fim de alcançar os desdobramentos do desastre de uma forma mais completa e tendo em vista a diversidade de vozes por ele alcançadas.

Em nossa planilha, incluímos uma série de itens analíticos, a fim de organizar a leitura



do conteúdo: mobilizações dos atingidos, sanções às empresas, investigações, denúncias, negociações, ações civis públicas ajuizadas, materiais acadêmicos de pesquisa e extensão encontrados e outros assuntos. As buscas das notícias e informações foram feitas de maneira minuciosa, a começar pelos materiais divulgados no dia 5 de novembro de 2015 e indo até o dia 7 de novembro de 2016, cobrindo, portanto, um ano de desastre e alcançando mais de 320 itens para consulta.

Após o levantamento e sistematização dos dados, os mesmos foram tratados para gerar uma linha do tempo. Para tal, recorremos à ferramenta gratuita e online Knight Lab, que converte os textos da planilha em linha do tempo. Para a criação da linha acrescentamos além das reportagens das diferentes mídias, informações mais gerais sobre o desastre. A linha do tempo será posteriormente disponibilizada em site do Observatório, podendo ser acessada temporariamente a partir da própria página da ferramenta Knight Lab (https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=1wqVYHQ4gk UXnfvMYCslKUhm 96jo_oHNnyCmRzRYyaU&font=Default&lang=en&initial_zoom=2&height=650)

Em relação à linha do tempo é fundamental destacar como as fontes que trazem as notícias o fazem de formas diversas que, implicitamente, as posicionam frente às disputas narrativas e ideológicas que marcam o desastre. Assim, um mesmo evento como um protesto realizado por atingidos pelo direito à água pode ser noticiado como ação de um movimento social ou como ação que teve como principal consequência atrapalhar o tráfego de uma dada região. A opção por trazer tanto narrativas dos próprios atingidos quanto da grande mídia evidencia os paradoxos que estão presentes neste debate.

2) Produções teóricas e técnicas

O desastre na bacia do Rio Doce abrange territórios e populações plurais e tem produzido afetações de ordem social, econômica, política, cultural e subjetiva. As magnitudes inéditas, bem como as consequências de variadas ordens, demandam compreensões que abarcam áreas

do conhecimento diversas. É nesse sentido que o desastre convoca a universidade a estabelecer compreensões utilizando-se de ferramentas que sejam capazes de considerar, ao mesmo tempo, a especificidade dos lugares, a conformação de distintas escalas no ensejamento dos fenômenos, a as distintas formas de saber e de áreas do conhecimento.

Considerando que desde o rompimento da barragem de Fundão uma série de pesquisadores e pesquisadoras vêm se debruçando sobre o tema, decidimos realizar um levantamento das produções sobre o caso publicizadas em plataformas científicas nacionais. O objetivo foi alcançar o tratamento dado ao desastre em diferentes áreas, os modos de nomeá-lo e as formas de engajamento da academia no caso. Buscamos identificar produções sobre o desastre nas diversas áreas do conhecimento, entre teses, dissertações, monografias e artigos científicos, além de trabalhos completos apresentados em congressos e relatórios de pesquisa.

A busca pelos trabalhos foi feita em plataformas de pesquisa digitais através dos termos “rompimento da barragem de Fundão” e “desastre Mariana Rio Doce”, por entendermos serem termos que resultariam em uma ampla gama de resultados. Iniciamos as pesquisas pelo Banco de Teses da Capes; em seguida, nas plataformas BVS Psi e Scielo, onde foram encontrados teses e artigos. Prosseguimos a busca no site Google Acadêmico, no qual alcançamos um volume grande de teses, artigos, monografias e trabalhos completos apresentados em congressos e eventos científicos. Durante as buscas, os trabalhos que se repetiram foram excluídos, evitando assim a dualidade nas contagens.

A seguir recorremos a arquivos pessoais para complementar os dados e acionamos parceiros para que nos enviassem outras produções, inclusive materiais produzidos por órgãos governamentais e não governamentais e relatórios técnicos.

Ao final do levantamento, em abril de 2018, chegamos a um total de 165 materiais técnicos e teóricos sobre o desastre. Foram encontrados



trabalhos das mais distintas disciplinas e órgãos que, através da sistematização dos dados, evidenciaram o uso variado de termos para nomear o desastre. Essa diversidade de pesquisas aponta para a existência de distintos posicionamentos sobre o caso e formas de aproximação com os lugares atingidos, além de indicarem ser o campo dos desastres na mineração um campo de pesquisa em construção no Brasil.

Os dados foram sistematizados em uma tabela do Excel, com as seguintes colunas: categoria (tese, artigo etc), ano, autores, local de publicação, área de estudo, resumo, resultados, palavras-chave, tema, grupo de pesquisa, instituição dos pesquisadores, agência financiadora, link para a produção, termos utilizados para nomear o desastre e página encontrada. Assim, congregamos uma série de dados sobre as produções: áreas de estudo, vinculação a grupos de pesquisa, como os estudos se vinculam a produções teóricas e técnicas sobre o tema e as disputas narrativas em jogo. Para o preenchimento das informações nas colunas, recorremos prioritariamente ao resumo, título ou palavra-chave; quando estas não disponibilizavam o dado procurado, recorremos ao texto completo.

A maioria dos trabalhos encontrados foram artigos científicos (82), seguido por trabalhos completos (39), dissertações de mestrado (12), relatórios (11), monografias e trabalhos de conclusão de curso (11). A pesquisa que mais retornou dados utilizáveis foi pelo termo “rompimento da barragem de Fundão” (76), seguida por “desastre Mariana Rio Doce” (44), dando indícios da opção de boa parte dos autores por termos relacionados ao primeiro. Muitos dos materiais incluídos na tabela (38) aparecem como “não se aplica” por advirem dos nossos arquivos pessoais ou terem sido enviados por parceiros. Quase a totalidade dos estudos encontrados foi através do google acadêmico (102) ou fazia parte do nosso arquivo pessoal (38), os demais foram localizados no Portal de Periódicos Capes (12), no Banco de Teses Capes (5) e três apareceram em mais de um desses endereços.

As áreas de publicação dos trabalhos são bastante diversas, mas se destacam Ciências Sociais (22), Direito (21), Comunicação social (18), Geografia (17), Engenharia (15), Ciências Biológicas (12), Administração (11), Arquitetura e Urbanismo (7), Economia (7), Interdisciplinar (5), Letras (4), Psicologia (4), Administração Pública (3), Ciências Contábeis (3), Estudos da Linguagem (3), Relações Públicas (3), Gestão Integrada do Território (2), Medicina (2), Saúde (2). Há ainda trabalhos nas áreas de Agronomia, Comunicação Organizacional, Demografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Educação, Educação Ambiental, Farmácia, Saúde Pública, Semiótica, Serviço social, Solos e Nutrição de plantas. Essa diversidade é um indicativo da complexidade do desastre e da multiplicidade das consequências produzidas, o que aponta para a necessidade de distintas áreas do conhecimento para o seu entendimento de forma integrada.

Os itens grupo de pesquisa e agência financiadora foram muitas vezes de difícil acesso, não sendo citados no corpo do texto. Apesar disso, consideramos essa informação essencial para localizar os principais espaços de produção e a partir de quais financiamentos os grupos têm produzido suas pesquisas. Tais informações dizem muito sobre as produções teóricas e técnicas, ligando as mesmas a redes de pesquisadores e profissionais e aos dados que têm sido produzidos. A questão do financiamento é especialmente importante neste caso, em que existem trabalhos financiados pela Fundação Renova e não apenas por entidades públicas de pesquisa, como CAPES, CNPq ou Fapemig. Acreditamos que este financiamento gera impacto nos dados produzidos e na forma como são coletados, tratados e divulgados, uma vez que se torna difícil uma postura crítica frente à ação da Vale/ Samarco/ BHP Billiton no desastre e na reparação de danos. No item financiamento, contudo, apenas 24 dos estudos relatavam ter sido financiados. As agências financiadoras incluem Greenpeace (5), Fapemig (5), Capes (5) e CNPq (5), Rio de Gente (2), SENAI (1), MEC (1), Instituto Saúde e Sustentabilidade (1), Câmara dos Deputados, havendo alguns destes projetos que foram financiados por mais de uma fonte.



Em 34 estudos há menção a grupos de pesquisa ou de trabalho ou este foi identificado a partir de nosso contato com o campo. Os grupos que mais se destacaram foram: Núcleo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS/ UFJF) (5); Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/ UFMG) (4); Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais (Organon/ UFES) (3); Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (UFMG) (2); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/ UFRJ) (2); Grupo Independente de Avaliação do Impacto Ambiental (GIAIA) (2, 1 pesquisa e 1 apoio). Os demais grupos contam com apenas uma produção, sendo eles: Jornal A Sirene; Projeto Regionalização Transtemporal e a bacia do Rio Doce; Grupo “União com o Rio Doce”, Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal (LERF/ESALQ/USP); Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES/UFES); Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais (NEUS); Câmara dos Deputados; Clínica de Direitos Humanos (UFMG); Laboratório de Estudos de Riscos e Desastres (LabRed); Núcleo de Estudos de População Elza Berquó; Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidades e Saúde (NAVeS/ UFMG); Serviço Geológico do Brasil (CPRM); Grupo de Estudo e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES/ UFES); Centro de Pesquisa em América Latina e Caribe (CERLAC); Grupo de Pesquisa Comunicação e Desenvolvimento; Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/ UNICAMP).

A opção por verificar quais os termos principais são usados para se referir ao desastre visou entender de que forma as produções se localizam nas disputas narrativas em curso e se alinham com os discursos da empresa e de seus aliados, dos atingidos ou outras. Como muitas vezes a produção científica é vista como neutra e como produtora de uma verdade absoluta, é comum que os autores não localizem suas posturas frente ao caso ou aos envolvidos. Apesar disso, sabemos que realizar uma pesquisa em parceria com a empresa ou em diálogo com atingidos pode produzir dados bastante

diversos e acreditamos que a escolha de termos pode nos trazer indícios da perspectivas que pauta o estudo. Os termos mais utilizados são acidente, desastre e tragédia, embora nem sempre havendo a opção exclusiva por algum destes. Além disso, há a opção por termos sozinhos como “acidente”, mas também por termos conjugados como “acidente ambiental” ou “acidente de trabalho”, inclusive dentro de uma mesma produção. A diversidade de opções indica que não há consenso no campo ou dentro das áreas específicas sobre uso de termos e da existência de uma disputa narrativa que se trava por vezes de forma clara e por outra sem uma reflexão mais aprofundada sobre as opções terminológicas e suas implicações. No caso das produções teóricas e técnicas, saltam aos olhos também a grande variedade de materiais, abarcando textos que vão desde a qualidade da água até a experiência e afetações cotidianas dos atingidos, mas sem necessariamente haver um diálogo entre as produções. Tem-se tanto produções técnicas que não dialogam com as consequências sobre a vida de atingidos quanto o contrário. Por outro lado, fica evidente que algumas áreas do conhecimento se debruçam mais sobre um ou outro lado desta produção.

Não há estudos sobre a maioria das cidades atingidas ao longo da bacia do Rio Doce. Os estudos concentram-se na região de Mariana e Barra Longa e na região litorânea do Espírito Santo. Constata-se, com isso, que ainda não há nenhuma caracterização, por parte da academia, dos danos provocados nos municípios ao longo da bacia do Rio Doce. É fundamental ressaltar que a própria nomeação como “desastre de Mariana” remete a uma localização espacial do mesmo, dificultando sua percepção como um evento de largas proporções no tempo e no espaço. Especialmente após o desastre acontecido na região de Brumadinho, também em Minas Gerais e também tendo entre as responsáveis a Vale, há uma forte demanda por parte de atingidos e parceiros pela opção política por remeter não às localidades atingidas, mas às empresas responsáveis pelos crimes. O levantamento e análise dos materiais através das metodologias propostas foi marcado por diversos desafios. É fundamental ressaltar o

enorme volume de produções e informações sobre o desastre. Apesar da proximidade temporal em relação ao desastre-crime, a sua extensão e gravidade ocasionou uma enorme produção de informação nos mais diversos meios de comunicação e de produção do conhecimento. Assim, tanto na elaboração da linha do tempo quanto da planilha de produções teóricas e técnicas foi necessário fazer a opção por um espaço temporal limitado. O volume de informações, apesar da dificuldade de lidar com as mesmas, torna a compreensão do fenômeno muitas vezes dificultada, de forma que a opção por sistematizar as mesmas se mostrou importante ferramenta de tecnologia social que pode servir a diferentes interesses, como dos próprios atingidos e de entidades que busquem realizar projetos de pesquisa e intervenção.

Narrativas em disputa

Os dados levantados e analisados ao longo da atuação do observatório evidenciam a necessidade de se proceder, em próximo momento a uma análise minuciosa sobre as opções terminológicas realizadas pelos diferentes atores e por suas consequências. A mesma mais do que remeter a uma simples “opção” diz da forma dos mesmos se inserirem nas disputas que marcam o contexto sócio-político. Neste, se posicionar em termos destas disputas é também se posicionar no campo de forças em que se colocam de um lado atingidos e atingidas e de outro a empresa, cada um defendendo os próprios interesses. Contudo, entre empresa e atingidos existe uma série de atores, instituições, dinâmicas e práticas que são fundamentais no processo de definição, visibilidade e relevância do problema em questão. Em outras palavras, as disputas também são de diversas ordens.

Ao contrário de um episódio encerrado em si mesmo, o desastre provocado pela Samarco, Vale e BHP Billiton reverbera no dia a dia sob diversas formas. Atividades de trabalho, de lazer, tradições religiosas, relações de vizinhança e vínculos familiares foram transformados desde novembro de 2015. Ao longo da bacia do Rio Doce, comunidades tiveram o cotidiano interrompido

e a ele foram incorporadas reuniões, mesas de negociação e audiências públicas. Sem que fosse creditado poder de escolha, moradoras e moradores tiveram que redefinir suas trajetórias enquanto atingidas e atingidos pelo maior desastre envolvendo a mineração do qual se tem notícias, em termos da quantidade do material derramado, da extensão da destruição e dos danos provocados (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016). Negociações sobre o futuro das comunidades caminham morosamente entre as esferas decisórias do Estado e as empresas e circunscrevem os moradores e as moradoras em temporalidades incertas. Diante de um cotidiano atribulado, a situação de instabilidade mantém-se.

A vivência nos territórios envolve valores materiais, econômicos, mas também relacionais, como vínculos com as vizinhanças e atividades culturais e tradicionais que perfazem modos de vida. Entender o rompimento da barragem como um desastre que fez várias vítimas e atingidos é importante para que os direitos dessas pessoas sejam devidamente reconhecidos e restaurados.

Ao contrário de um evento ou de um desastre natural, defendemos nomear as vicissitudes desencadeadas pelo rompimento da barragem de Fundão como desastre-crime, em função dos processos sociais e políticos que culminaram no rompimento e que seguem provocando transformações nas vidas dos atingidos e das atingidas. As afetações prosseguem, bem como a necessidade de responsabilização dos agentes públicos e privados pelas causas e consequências do desastre. Ao fazer essa opção nos posicionamos também ao lado dos e das atingidas em sua luta pelo acesso a direitos que foram violados ou negados. Vale destacar também que as disputas pelos campos do conhecimento que devem ou podem colaborar com as interpretações desse desastre não são menos importantes neste contexto. Afinal de contas, o saber técnico-científico tem, historicamente, sido utilizado como ferramenta central na delimitação de verdades e existências.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, R. & SOBRAL, M. O acordado sai caro, e muito caro! Percepções iniciais da Defensoria Pública acerca dos processos indenizatórios da Bacia do Rio Doce. In: LOSEKANN, C. & MAYORGA, C. (orgs) Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais. Rio de Janeiro Folio Digital: Letra e Imagem, 2018, pp. 147-170.

CASTRO, R. & MAYORGA, C. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. Pesquisas e Práticas Psicossociais 14(3), São João del-Rei, julho-setembro de 2019. e3178.

FERNANDES, D. A lama da Samarco e a saúde dos atingidos. In: PINHEIRO, T., POLIGNANO, M.V.; GOULART & PROCÓPIO, J.C. (org.s) Mar de lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019, pp. 180-189.

LIMA, A. & FREITAS, M. Os impactos à saúde dos trabalhadores e da população atingida pelo acidente de trabalho ampliado da Samarco, Vale e BHP Billiton. In: PINHEIRO, T., POLIGNANO, M.V.; GOULART & PROCÓPIO, J.C. (org.s) Mar de lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019, pp. 161-179.

LOSEKANN, C. & MAYORGA, C. (orgs) Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais. Rio de Janeiro Folio Digital: Letra e Imagem, 2018.

MANSUR, Maíra Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim; MILANEZ, Bruno et al. Antes fosse mais leve a carga: Introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (orgs.). Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton. Marabá, PA: Editorial Iguana. 1 ed. 2016, 230 p.

MAYORGA, C. & OLIVEIRA, B. O “Desastre Mariana-Rio Doce”: como as universidades podem intervir? In: PINHEIRO, T., POLIGNANO, M.V.; GOULART & PROCÓPIO, J.C. (org.s) Mar de lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019, pp. 199-208.

MILANEZ, B.; SOUZA, T.; CARNEIRO, K.; ROLLAND, M. & LOSEKANN, C. Desa os para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce In LOSEKANN, C. & MAYORGA, C. (orgs) Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais. Rio de Janeiro Folio Digital: Letra e Imagem, 2018, pp. 121-146.

MPF. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo – Força Tarefa Rio Doce. Denúncia compilada final contra Samarco Mineração S.A., Vale S.A., BHP Billiton Brasil Ltda. 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>>. Acesso em: 29/12/17.

PINHEIRO, T., POLIGNANO, M.V.; GOULART & PROCÓPIO, J.C. (org.s) Mar de lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019.

PINHEIRO, T. & SILVA, J. O caso Samarco: um “acidente” de trabalho ampliado? In: PINHEIRO, T., POLIGNANO, M.V.; GOULART & PROCÓPIO, J.C. (org.s) Mar de lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019, pp. 38-49.

PIMENTEL, Thaís. MPF denuncia 22 pessoas e quatro empresas por desastre em Mariana. G1 MG, 20/10/16. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/>>

noticia/2016/10/mpf-denuncia-26-pessoas-por-rompimento-da-barragem-da-samarco.html>. Acesso em: 25/06/18.

POEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/ Vale/ BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

ROSA, D.D. Violências e resistências: impactos do rompimento da barragem da Samarco/Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SANTOS, M., CARVALHO, M. & RIBEIRO, S. O cuidado da saúde mental da população de atingidos na tragédia da Samarco: reflexões a partir da práxis. In: PINHEIRO, T., POLIGNANO, M.V.; GOULART & PROCÓPIO, J.C. (org.s) Mar de lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019, pp. 190-198.

SARAIVA, C., DINIZ, M. & MAGALHÃES, I. Trabalho e Memória como Categorias de Reconstrução: Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana - Rio Doce na UFOP . In: LOSEKANN, C. & MAYORGA, C. (orgs) Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais. Rio de Janeiro Folio Digital: Letra e Imagem, 2018, pp. 71-96.

SIQUEIRA, M. Estado e atividades mineradoras: uma análise das relações de dependência a partir do crime ambiental do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, MG. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SRTE. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais. Relatório de análise de acidente - Rompimento da barragem de rejeitos Fundão em Mariana. 2016. Disponível em: <http://ftp.medicina.ufmg.br/osat/relatorios/2016/SAMARCOMINERACAORELATORIOROMPIMENTOBARRAGEM20160502_09_05_2016.pdf>. Acesso em: 25/06/18.

TTAC. TERMO DE TRANSAÇÃO E AJUSTAMENTO DE CONDUITA. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>>. Acesso em: 30/06/18.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. Vidas Alagadas - Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

VALÊNCIO, Norma. Desastres: Tecnicismo e sofrimento social. Ciência e Saúde coletiva, v. 19, n. 9, p. 3631-3644, 2014

VALÊNCIO, Norma. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. Ciência e cultura, v. 68, p. 36-40, 2016

XAVIER, Juliana; VIEIRA, Larissa. O trabalho e seus sentidos: A destruição da força humana que trabalha. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. In: Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016. 437 p.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma et al. O desastre de Mariana: Colonialidade e sofrimento social. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume editorial, 2016.